



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO - PARANÁ**  
**ORDENADORIA DA DESPESA - Ramal: 7428 - ordenadoria@trt9.jus.br**

**Referência:** PROAD PR 5703/2025.

**Matéria:** Contratação regida pela Lei nº 14.133/2021. Inexigibilidade. Contratação da Doutora Lídia Ana Zytynski Moura, para ministrar palestra no Painel Saúde Cardiovascular Feminina. **Preço proposto de acordo com a Tabela ENAMAT (Ato n. 110/2023). Autoriza a contratação e emissão de empenho.**

**Interessada:** Coordenadoria de Saúde

I. Considerando a realização do evento denominado **Painel Saúde Cardiovascular Feminina**, no dia 22/09/2025, na modalidade online ao vivo, com transmissão via canal do TRT PR no You Tube; a Coordenadoria de Saúde requer a contratação de palestrante, nos termos discriminados abaixo:

<b>Instrutora</b>	Dra. Lídia Ana Zytynski Moura
<b>Modalidade de execução do curso/evento</b>	Online ao vivo - Transmissão You Tube
<b>Formação</b>	Doutorado
<b>Valor Hora/ aula</b>	R\$ 660,00
<b>Quantidade de horas</b>	2
<b>Valor Total</b>	R\$ 1.320,00

II. A razão da escolha da palestrante (*Doc. 9*) foi assim motivada:

*" (...) a escolha da profissional foi baseada em sua qualificação profissional, porquanto é professora titular da Escola de Medicina e Ciências da Vida (PUCPR), Doutora pela FMUSP e Coordenadora do Serviço de Cardiologia do Hospital Universitário Cajuru e do Hospital Marcelino Champagnat (...) "*

III. Demonstrada, portanto, a previsão do art. 74, III, alínea 'f' e §3º<sup>1</sup> da Lei 14.133/2021, por comprovar a notória experiência e atuação profissional anterior e contemporânea da contratada, condizentes com a peculiaridade e a proposta do evento.

IV. No que concerne à justificativa do preço da palestra, em atendimento ao disposto no art. 7º, §2º<sup>2</sup> da Instrução Normativa 65/2021 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, consta nos autos a proposta comercial (*doc. 2*), que considera a Tabela ENAMAT (Ato n. 110/2023). O valor devido é calculado com base na hora-aula para o nível de **doutorado**, conforme documentação anexada aos autos.

V. Dispensado o Estudo Técnico Preliminar (ETP) com base no art. 34, inciso I<sup>3</sup>, da Resolução nº 364/2023 do CSJT, bem como o controle prévio de legalidade pela Assessoria Jurídica do Tribunal, conforme previsão do art. 43, Parágrafo Único<sup>4</sup>, da mencionada Resolução.

VI. Adequações orçamentárias juntadas nos documento 11 e 12 do Proad em epígrafe.

VII. Designo os fiscais da futura contratação, indicados pela unidade (*doc. 9*), em conformidade com o disposto nos arts. 3º e 4º do Ato 164/2023, da Presidência deste Tribunal

VIII. Porque preenchidos os requisitos aplicáveis à espécie, em particular o disposto no art. 74, inciso III, alínea 'f', § 3º da Lei 14.133/2021, **AUTORIZO** a contratação requerida por inexigibilidade de licitação, bem como a emissão de notas de empenho nos

valores de:

- **R\$ 1.320,00**, em favor do Dra. Lídia Ana Zytynski Moura (CPF: 845.299.039-15)
- **R\$ 264,00**, referente à contribuição previdenciária/cota patronal

IX. À Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças para as providências de sua alçada.

X. Em seguida, à Secretaria de Licitações e Contratos, para a formalização da contratação divulgação na forma do parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e comunicação ao gestor e fiscais indicadas.

Curitiba, data da assinatura digital

(assinado digitalmente)

**Arnaldo Rogério Pestana de Sousa**  
Ordenador da Despesa

---

<sup>1</sup> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal

[...]

§3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

<sup>2</sup> Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º:

[...]

§2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes da mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

<sup>3</sup> Art. 34 A elaboração de Estudo Técnico Preliminar é obrigatória em todas as contratações, inclusive no caso de adesão a Ata de Registro de Preços, sendo **dispensada** nas seguintes situações:

I - nas contratações **cujos valores se enquadrem** nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei n.º 14.133/2021. [destacou-se]

<sup>4</sup> Art. 43 É dispensável a manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I e II, e §3º da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa da licitação.

Parágrafo Único. Aplica-se o mesmo entendimento às contratações diretas fundadas no art. 74, da Lei 14.133/2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75, da mencionada Lei.